

Resolução de Educação aprovada no 68º Coneg da UNE

É fato que, durante os últimos anos, a educação brasileira teve um grande inimigo: Jair Messias Bolsonaro. O presidente fascista encabeçou o projeto de desmonte e sucateamento da educação pública brasileira e que teve 4 ministros derrubados pelos estudantes, de tantos erros e absurdos cometidos por seus indicados. O atual governo é responsável por aprofundar a agenda neoliberal e continuar honrando os compromissos do governo Temer com os banqueiros, a Emenda Constitucional 95, que impõe um teto para investimentos sociais, inclusive na educação que inviabiliza praticamente todas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado com pressão da UNE, especialmente a meta que propõe o investimento de 10% do PIB para a educação e o Custo Aluno-Qualidade.

Bolsonaro vai além do desmonte neoliberal, sua agenda consiste na destruição da educação, pois seu projeto é antidemocrático! Constam, ainda, no rol de maldades dos últimos anos a Reforma do Ensino Médio, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sem diálogo com as entidades educacionais, a mudança no FIES que gerou mais e mais endividados, o sucateamento de programas como PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC e etc, a extinção de outros como o Ciência Sem Fronteiras, os cortes no primeiro semestre deste ano de mais de 2 bilhões reais na ciência e tecnologia afetando diretamente a produção científica, a perseguição política a professores e a intervenção nas reitorias das universidades.

A histórica crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Brasileiras, coloca às entidades estudantis um grande desafio: a defesa do caráter gratuito da universidade pública, com ameaças recorrentes concretizadas pela PEC 206/2019. Por isso, o movimento estudantil terá como tarefa prioritária a luta por mais orçamento para a educação superior, em especial nas universidades e institutos federais que já anunciam ausência de orçamento para terminar o segundo semestre de aulas, em 2022. Além disso, devemos derrotar as propostas privatistas que vêm tanto de fora, quanto de dentro das próprias instituições.

Como se este cenário de desmonte da educação não fosse suficiente, este ano nos deparamos com o pior escândalo de corrupção já visto envolvendo o Ministério da Educação (MEC). Verbas da pasta da educação foram ofertadas como moeda de troca a prefeitos, caso destinassem propina aos amigos pastores de Jair Bolsonaro. Milton Ribeiro, em meio a pressão, deixa o ministério, enquanto Bolsonaro se esforça para afastar seu nome de qualquer relação, negando o óbvio: seu governo é corrupto!

Os cortes atingem em cheio também o orçamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil. É preciso que ampliemos as condições de permanência

dos estudantes, tendo em vista o alto índice de vagas ociosas e trancamentos por necessidade de estudantes que não conseguiram se manter devido à crise econômica agravada durante a pandemia. É preciso lutar contra os cortes no orçamento da Assistência Estudantil, ampliar o valor do PNAES e garantir que o programa seja uma política de Estado e não mais de governo.

Nesse ano completamos 10 anos da implementação da política de cotas no Brasil, uma conquista histórica no nosso país, que pintou a universidade de povo. Diante da sua revisão, devemos disputar opinião pública sobre o tema e lutar para não permitir um retrocesso e sim aprimorar a política garantindo assistência estudantil para todos e todas estudantes cotistas.

Nas universidades privadas, não é diferente. Durante a pandemia, os abusos ficaram mais evidentes. Em meio a uma crise sem precedentes, os aumentos de mensalidades continuaram enquanto as salas de aula online ficavam cada dia mais superlotadas. Além disso, as IES privadas são responsáveis por abarcar mais de 75% dos corpo estudantil do país, e é fato que, em sua maioria, são estudantes trabalhadores com inúmeras limitações para se manterem estudando e concluírem sua graduação. É urgente avançar na implementação de mais políticas de permanência estudantil.

Acresce a tudo isso, o fato de que o saldo de inadimplência do FIES bateu recordes durante a pandemia. Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) indicam que há mais de 1 milhão de estudantes enfrentando atrasos superiores a 90 dias no pagamento das prestações. Isto se deve à grave crise econômica e ao desemprego que assola nosso país. Mesmo com algumas mudanças recentes entendemos que é preciso avançar. No ProUni não é muito diferente. Para as instituições privadas ele foi o principal alvo de desmonte do governo Bolsonaro, que ofertou o menor número de bolsas desde a sua criação, além de editar o programa por meio da MP 1.075 que, para além de não combater as desigualdades, ataca o seu objetivo principal dificultando os estudantes de escolas públicas a terem acesso ao programa e reduzindo o papel de regulamentação do MEC para garantia da real ofertas das bolsas e da qualidade do ensino. Além disso, a portaria 2.117 flexibiliza a oferta de carga horária em EAD nos cursos presenciais, o que já era previsto pela portaria 1.428, mas, agora não há mais a necessidade de um Conceito Institucional (CI) com nota igual ou superior a 4 para poder desempenhar a nova modalidade em conformidade com o MEC e não é mais necessária a existência de um curso de graduação EAD com Conceito de Curso (CC) nota 4 e mesma denominação e grau de um curso presencial já ofertado pela IES. Temos convicção de que tudo isso faz parte do projeto de desmonte total da educação brasileira e da tentativa de roubar os sonhos da juventude brasileira.

Diante desse cenário que nos é colocado, nossa força será a nossa voz, organizando cada vez mais a participação política dos estudantes para construir um movimento estudantil representativo e pulsante, cada vez mais forte e com a cara do povo brasileiro. Queremos um próximo período de

reconstrução do nosso país, passando pela garra e pelo suor do nosso povo que carrega consigo a esperança de uma sociedade mais justa, igualitária, sem preconceitos, em que a educação é o centro do projeto de nação. Faremos das nossas universidades um exemplo de lutas e de vitórias para o conjunto da população brasileira.

São Paulo, 24 de Julho de 2022.